

Memória da Comissão:

Comissão de Assistência e Acesso ao SUS & Saúde Mental

Data: 24/07/2019

Coordenador (a) da comissão:

Fábio Stahlschmidt - CRF-PR

Relator (a) da comissão

Larissa Sayuri Yamaguchi - SESA

Relação de presentes:

Gabriel Lacerda dos Santos – IBDA, Célia Fagundes da Cruz – LACEN-SESA, Larissa Sayuri Yamaguchi – SESA, Aline de Oliveira Pedro – 2ª RS-SESA, Alane Fernanda Henrique – Associação Fênix, Maria Leonor F. Paulini – SESA, Daniela A. G. F. Cavalcante – ACISPAR, João Luís Gallego Crivellaro – SESA, Lígia G. Bittencourt Muller – CREFITO

NOME / ENTIDADE	PRESENTE	AUSENTE	JUSTIFICADO
Alexandra Santos Silva – CREFITO-8		x	
Ana Cristina de Carvalho Brito SindSaúde	x		
Ana Cristina Froehner da Cunha - CREFITO		x	
Ávila Maria Garret Savi de Andrade – Pastoral da Criança		x	
Brenda Pina dos Santos – CREFITO		x	
Celia Mazza de Souza – Conselho Reg. Psicologia PR		x	
Clarice Siqueira dos Santos – Pastoral Da Criança	x		
Claudia Boschescio Moretoni – SESA		x	
Custódio Rodrigues do Amaral – FAMOPAR	x		
Deise Regina Sprada Pontarolli – DEAF/SESA		x	
Edvaldo Viana - CONAM	x		
Eliton Carlos da Silva – SINDSAUDE		x	
Erika Pereira de Souza – RMN-PR		x	
Fábio Stahlschmidt – CRF-PR	x		
Graciele de Pintor – SINDIFAR			x
Irma Ribeiro da Silva Zaninelli – Reage/Recriar		x	
Jaqueline de Fátima Franceschi – CMS Bocaiuva do Sul		x	
Joana Alves de Assis – ASSEF		x	
João Maria Ferrari Chagas – IBDA			x
Joari Stahlschmidt – CREFITO-8		x	
José A. Quevedo Oliveira – CMS Cascavel		x	
Ludiana Cardozo Rodrigues – CRP		x	
Luiz Fernando Zanon de Almeida – ACISPAR			x

Conselho Estadual de Saúde - CES/PR

Rua Piquiri, 170 - 80.230-140 - Curitiba - PR

Fone (041) 3330-4313/3330-4316 e Fax (041) 3330-4315

Home Page: <http://www.conselho.saude.pr.gov.br> e-mail: cespr@sesa.pr.gov.br

Manoel Rodrigues do Amaral – SINDNAPI		x	
Marcelo Hagebock Guimarães – CREF9/PR		x	
Marcia Regina Pelissari – SESA	x		
Márcia Terezinha Steil – SESA		x	
Mari Elaine Rodella –SINDSAUDE		x	
Maria Cristina Galacho de Souza – Pastoral da Saúde		x	
Maria de Nazaré Carvalho Nery – CR. Assist. Social		x	
Maria da Graça Ventura – SESA		x	
Maria do Socorro de Lisboa – RNP+C		x	
Maria Lucia Gomes – ASSEMPA	x		
Marlene Salete Alquieri – CPM		x	
Marli Batista da Silva Kavalerski – MS-Casa de Apoio à Saúde do Índio	x		
Maurício Duarte Barcos - FEHOSPAR		x	
Marise Gnatta Dalcuche	x		
Melissa F. da S. Souza – ANEPS		x	
Monica Glinski Pinheiro – SINDSAUDE		x	
Monica Pereira – SESA		x	
Olga Regina Cotovicz de Castro Deus – SESA	x		
Paulo Costa Santana – CRF/PR	x		
Rejane Cristina Teixeira Tabuti – SESA		x	
Santo Batista de Aquino-SINDNAPI.	x		
Semiramis Maria Amorim Vedovatto - CRP		x	
Suelen Letícia Gonçalo – SESA		x	
Terezinha Aparecida de Lima – IBDA		x	
Tania Roseli Minusculi DEFIPAR		x	
Vania Venzel Borges NGE/SESA		x	
Vinicius Augusto Filipak – SESA	x		
Zuleide Bezerra Dalla Costa – ACISPAR		x	

Obs.: Relação dos presentes conforme assinatura na lista de presença repassada no período da manhã, e ausências conforme nomes na lista sem assinatura e justificativas apresentadas.

Informações:

Local: 2ª Regional de Saúde de Curitiba

Horário: 8h30 às 12h00

Coordenação: Fábio Stahlschmidt – CRF/PR

Relatoria: Larissa Sayuri Yamaguchi - SESA

Pauta e Relato da Reunião:

- Informes Gerais:

Não houve informes.

- Hospital da Criança de Maringá;

Dr. Vinicius Filipak - SESA esclareceu que necessita habilitar a unidade no Ministério da Saúde para o hospital realizar o atendimento, porém ainda está em fase inicial. MS repassou de 40 a 45 milhões (metade do recurso) para SESA que repassou ao município de Maringá para as obras. Ainda há um saldo que necessita ser repassado para complementar a obra, porém não há previsão orçamentária neste ano para este repasse. Dependerá da arrecadação devido ao déficit existente no teto MAC repassado pelo MS que é complementado pelo Estado e pelos municípios que acaba onerando os entes. Há que ter sobra da fonte 100 para arcar com este repasse ao hospital de Maringá, o que complica porque só na área de oncologia o Estado entra com 50% dos recursos. Portanto há subfinanciamento e esta pauta está sendo tratada com cuidado na CIB para rever serviços com baixa produção porque o recurso terá que ser reciclado. Devido a esta situação não tem previsão de repasse de mais recurso para esta obra. Como é um hospital municipal, o responsável pela obra é o município de Maringá. O MS entraria com 90 milhões e mais 30 milhões de contrapartida do município. Não há informação de contrapartida pelo Estado.

Na mídia sai que está tudo parado e a população está na expectativa. Este assunto também deverá ser verificado junto ao Conselho Municipal de Saúde de Maringá.

Marise - SESA informa que os hospitais que o Estado construiu custaram em média 50 milhões.

Dr. Vinicius também esclareceu que geralmente o custo anual de manutenção de um serviço é o mesmo que foi utilizado para sua construção e esta manutenção também tem que ser planejada.

Sugestão da Malu: montar uma comissão com conselheiros estaduais e municipais do CMS de Maringá para realizar uma visita à obra: Comissão para visitar as obras do Hospital da Criança de Maringá composta por: Santo, Fábio, Clarice Graciele de Pintor, Jonas, Hermes (que são da região de Maringá) e mais representantes da SESA-Regional de Saúde de Maringá e de outra RS próxima, no caso Londrina. composta por: Viana, Joelma, Angelo, Custódio, Livaldo, Livia e Márcia em data a ser marcada.

Prefeitura Municipal de Maringá deve ser pautada sobre este assunto pelo Conselho Municipal de Maringá. Solicitar a ata do Conselho Municipal de Saúde de Maringá que trata da implantação deste hospital, além dos detalhes das obras, relatório com o projeto e todo o andamento da obra e previsões de conclusão, custeio e habilitações para o hospital funcionar.

- LEPAC – Laboratório de Ensino e Pesquisa da UEM – Universidade Estadual de Maringá;

Célia – Diretora do Laboratório Central do Estado - LACEN expôs que o termo de colaboração entre SESA e LEPAC foi renovado para continuidade da realização de exames pelo LEPAC para a população de abrangência das RS da Macro Noroeste: Campo Mourão, Cianorte, Paranavaí, Maringá e Umuarama.

Para o LACEN é excelente a continuidade desta parceria até pela excelência do trabalho técnico científico desenvolvido pelo LEPAC. LACEN repassa insumos e tem o intuito que o LEPAC cresça e seja referência na região para até mais exames que são realizados hoje

Conselheiros demonstraram preocupação porque veiculou na mídia a possibilidade de fechamento do LEPAC devido a diminuição do repasse de verbas federais e municipais.

- Prévia Plano Estadual de Saúde – Apresentação e Discussão;

Leonor esclarece que esta pauta foi solicitada pela SESA e será apresentada na plenária amanhã pelo Diretor Geral de como o processo de planejamento está ocorrendo no Brasil e no Paraná

Resolução tripartite com planejamento baseado na descentralização, regionalização e planejamento ascendente.

PR – planos regionais e macrorregionais de saúde. Iniciou em 2018, estacionou e foi retomado em 2019, com 07 componentes e uma parte servirá para elaboração do Plano Estadual de Saúde, sendo: diagnóstico situacional e prioridades sanitárias e respectivas diretrizes.

- Folha de Despacho nº 020/2019: Trata-se de Ofício do Ministério Público do Estado do Paraná de Curitiba o qual

Conselho Estadual de Saúde - CES/PR

Rua Piquiri, 170 - 80.230-140 - Curitiba - PR

Fone (041) 3330-4313/3330-4316 e Fax (041) 3330-4315

Home Page: <http://www.conselho.saude.pr.gov.br> e-mail: cespr@sesa.pr.gov.br

encaminha cópia da Nota Técnica nº 1/2019, referente à contratualização de serviço complementar privado para atuação no Sistema Único de Saúde;

Marise – SESA questionou quem leu a NT porque é extenso, são 64 páginas, com conteúdo denso.

NT elaborada pelo CAOPSAU- MP sobre a contratualização pelos municípios que já são contratualizados pelo Estado e que isto não deveria acontecer, principalmente pelos municípios que gerenciam seu teto MAC.

É uma discussão que já vem ocorrendo há algum tempo entre SESA, COSEMS, Consórcios e MP. Amanhã tem uma nova reunião entre estes entes, ainda sem um encaminhamento final. MP está revendo a NT e quando for concluída será novamente apresentada.

Ana Cristina – Sindisaúde - expressa que a parte mais questionada na NT é a Lei do SUS sobre o complementariedade. Marise esclarece que, atualmente, os municípios investem em média e alta complexidade e não somente na APS. O entendimento do MP era que os municípios só eram responsáveis pela APS e o Estado e União pela média e alta complexidade, não sendo legal os municípios investirem nestas áreas. Porém, isso levaria os serviços à falência e poderia gerar desassistência. Por isso ainda é um impasse e gera muita discussão.

Já há o entendimento de que o financiamento do SUS é tripartite em todas as ações e ficou combinado que se o município contratar algum serviço deve ser discutido na CIR – Comissão Intergestores Bipartite para que a SESA verifique se já está pagando pelo mesmo serviço para não ser pago duplamente.

Daniela – ACISPAR – a NT é uma oportunidade para ajudar a organizar a regionalização, na regulamentação da complementariedade do recurso, pois há uma desorganização do mercado complementar, onde muitos serviços são pagos duplamente.

Marise – importância da transparência e visibilidade que esta temática está tendo

Daniela – Consórcio é público, entidade legítima que pode auxiliar no regramento deste processo e ainda consegue contratualizar serviços por tabela SUS sem incrementos por congregar uma população maior.

Após terminar as discussões com o MP e atualizar o assunto, nova NT for emitida pelo MP, apresentar nesta comissão.

- Folha de Despacho nº 042/2019: Trata-se de Ofício da Coordenação-Geral do Núcleo Estadual do Paraná que encaminha cópia de Relatório Final referente à Auditoria nº 18218, realizada na Secretaria de Estado da Saúde do Paraná – SESA, para conhecimento;

Fábio leu a Folha de Despacho sobre a Política Nacional de Atenção Básica (em anexo), sendo apresentada nesta comissão. Segue para arquivo na Secretaria Executiva do CES.

- Folha de Despacho nº 043/2019: Trata-se de Ofício da Coordenação-Geral do Núcleo Estadual do Paraná que encaminha cópia do relatório de Cooperação Técnica nº 2060, realizada na Secretaria Municipal de Saúde de Piraquara para conhecimento;

Apresentado para conhecimento desta comissão e segue para arquivo na Secretaria Executiva do CES.

- Folha de Despacho nº 047/2019: Trata-se de e-mail do SindSaúde sobre denúncia nas condições dos equipamentos utilizados na Central de Materiais Esterilizados – CME do Hospital Regional do Litoral – HRL.

Fábio leu a Folha de Despacho para conhecimento e Ana Cristina – SINDSAÚDE relatou as ações já empreendidas a partir das denúncias. Receberam resposta da FUNEAS e ainda não receberam resposta da Vigilância Sanitária Municipal.

Malu relata que participou de uma audiência pública na ALEP e, a partir do relato de uma funcionária do HRL, sugeriu que fechasse o hospital porque ficou apavorada. Sugeriu que seja elaborada uma subcomissão para realizar visita ao HRL em conjunto com equipe da Regional de Saúde de Paranaguá que pode chamar o município para contribuir.

Subcomissão composta por Malu, Ana Cristina, Paulo Santana, Terezinha e Marcelo. Data a ser combinada.

Envio de ofício desta Comissão à Vigilância Sanitária da SESA solicitando providências quanto à denúncia informada.

ENCAMINHAMENTOS:

- Solicitar a ata do Conselho Municipal de Saúde de Maringá que trata da implantação deste hospital, além dos detalhes das obras, relatório com o projeto e todo o andamento da obra e previsões de conclusão, custeio e habilitações para o hospital funcionar.

- Comissão para realizar visita à obra do Hospital da Criança de Maringá: Santo, Fábio, Clarice, Graciele de Pintor, Jonas, Hermes (que são da região de Maringá) e mais representantes da SESA- Regional de Saúde de Maringá e de outra RS próxima, no caso Londrina composta por: Viana, Joelma, Angelo, Custódio, Livaldo, Livia e Marcia, em data a ser marcada.

- Subcomissão para visita ao Hospital Regional do Litoral para verificar irregularidades na Central de Materiais Esterelizados – CME composta por Malu, Ana Cristina, Paulo Santana, Terezinha e Marcelo. Data a ser marcada.

- Envio de ofício à Vigilância Sanitária da SESA solicitando providências quanto a denúncia nas condições dos equipamentos utilizados na Central de Materiais Esterilizados – CME do Hospital Regional do Litoral – HRL.

Não tendo mais nada a declarar, terminou-se a reunião desta comissão às 11h55.

Curitiba, 24 de julho de 2019.

Fábio Stahlschmidt
Coordenador

Larissa Sayuri Yamaguchi
Relatora